

VI REUNIÃO DOS MINISTROS DA SAÚDE DA CPLP

“Recuperação Pós-Pandémica para Vencer os Desafios do Futuro”

Luanda, 25 de Março de 2022

Declaração Final

Os Ministros da Saúde ou seus representantes da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, reunidos por ocasião da VI Reunião dos Ministros da Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda, Angola, no dia 25 de Março de 2022;

Reafirmando os princípios e compromissos consagrados na Declaração Constitutiva da CPLP com os valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social e, *reiterando*, a necessidade de reforço da solidariedade e da cooperação em prol do desenvolvimento económico e social dos povos da CPLP;

Exaltando a importância de manter e fortalecer a paz internacional baseada na liberdade, igualdade, justiça e respeito dos direitos internacionais, bem como o desenvolvimento de relações de amizade entre as nações, independentemente dos respectivos sistemas políticos, económicos e sociais, ou nível de desenvolvimento;

Salientando que é fundamental alcançar o ODS 3 e as metas relacionadas com a Saúde nos demais Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente no que diz respeito à redução de desigualdades, a promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas e com a construção de parcerias, promovendo assim vidas saudáveis e bem-estar ao longo da vida;

Reconhecendo que os efeitos da pandemia da COVID-19 acentuaram a desigualdade social e económica e que se abateram desproporcionalmente sobre os grupos mais vulneráveis, ampliando os desafios que já se colocavam ao cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS;

Renovando o seu compromisso com uma recuperação pós-pandemia sustentável e, nesse sentido, reconhecendo a importância de incrementar a acção multilateral da CPLP em matéria de capacitação, partilha de experiências, iniciativas em rede, desenvolvimento de parcerias e promoção de respostas colectivas, de curto, médio e longo prazo, que sejam guiadas pelo respeito de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;

Reiterando a vontade política dos Estados-Membros da CPLP para, de forma coordenada e em cooperação, prosseguirem a implementação de políticas e programas que visem consolidar o desenvolvimento sustentável e a boa governação dos respectivos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que o investimento em saúde é decisivo para a plena realização do potencial humano e que o seu contributo é imprescindível na promoção e protecção dos direitos humanos, bem como na promoção do desenvolvimento social e económico e empoderamento de todas as pessoas;

Reiterando o entendimento de que a vacinação contra a COVID-19 é um bem público e será um factor determinante na resposta aos desafios pós-pandemia e, expressando o seu apoio a iniciativas internacionais de colaboração para acelerar o desenvolvimento, produção e acesso equitativo e universal a diagnósticos, tratamentos e vacinas contra a COVID-19;

Louvando os esforços dos Estados-Membros da CPLP na adopção de políticas públicas tendentes à estruturação de respostas integradas de combate à pandemia nas suas múltiplas dimensões;

Elogiando o relevante papel desempenhado por todos os Institutos Nacionais de Saúde Pública dos Estados-Membros da CPLP no combate à COVID-19 e o importante papel de articulação promovido pela Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP) nesse processo;

Enaltecendo os esforços dos Estados-Membros da CPLP na adopção de políticas públicas tendentes à estruturação e consolidação de sistemas nacionais de saúde que promovam a cobertura e o acesso universal à saúde bem como a sua sustentabilidade;

Evidenciando que os Estados-Membros da CPLP dispõem de bons modelos de organização dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) e que a definição de estratégias de priorização e troca de experiências neste tema é um elemento objectivo e estruturante na prossecução dos ODS, na optimização de recursos e na promoção da Cobertura Universal de Saúde;

Considerando a necessidade de se fortalecerem sistemas de saúde, melhorando mecanismos de governança, tornando-os funcionais, responsivos, responsáveis, transparentes, integrados, inclusivos, baseados na comunidade, centrados nas pessoas e capazes de oferecer qualidade na prestação de serviços, apoiados por uma força de trabalho de saúde eficiente e comprometida, infra-estrutura adequada bem como em financiamento suficiente e sustentável;

Registando a necessidade de reforçar e fortalecer mecanismos de diálogo e coordenação política e técnica entre os Estados-Membros da CPLP na vigilância e resposta a emergências em Saúde Pública, incluindo epidemias e desastres;

Assinalando que é necessário robustecer esforços dos Estados-Membros da CPLP para lidar com os perfis socio-epidemiológicos das suas populações, atendendo ao impacto causado pelas doenças transmissíveis, como VIH e SIDA (HIV e AIDS), tuberculose, hepatites, malária, pelas doenças preveníveis pela vacinação, pelas doenças não transmissíveis, incluindo doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crónicas e diabetes, pelas doenças tropicais negligenciadas e, ainda, por outros eventos de saúde como doenças raras, saúde mental, doenças provocadas por actos de violência ou causas externas;

Reafirmando a necessidade da CPLP promover a boa governação do sector saúde no espaço comunitário, através do reforço da coordenação e do diálogo intersectorial com diferentes sectores técnicos nos quais a Comunidade desenvolve Planos Estratégicos de Cooperação;

Conscientes da relevância e pertinência do “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)” como instrumento primordial para orientar a cooperação em

saúde da CPLP e fomentar o relacionamento da Comunidade com diferentes parceiros de desenvolvimento, nesse sector, no âmbito da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

Constatando que, à luz das questões e desafios globais, regionais e sub-regionais actuais, o campo da saúde global e da diplomacia da saúde tem despertado crescente interesse entre profissionais de saúde pública, profissionais da diplomacia, activistas sociais e comunidade em geral;

Reforçando a necessidade de aprofundar um diálogo concertado com a Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como base a renovação do Memorando de Entendimento assinado entre ambas as Organizações em Janeiro de 2010;

Reiterando as decisões emanadas da V Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP, realizada na sede da CPLP, em Lisboa, Portugal, no dia 13 de Dezembro de 2019, e da III Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP, realizada em plataforma electrónica, no dia 6 de Novembro de 2020;

Cumprimentando o Governo da República de Cabo Verde pelo trabalho desenvolvido durante a sua presidência da Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP;

Encorajando o Governo de Angola na prossecução de esforços para incrementar a cooperação intersectorial entres os Estados-Membros e para reforçar a implementação de iniciativas que promovam avanços na execução do PECS-CPLP;

Agradecendo à Senhora Ministra da Saúde de Angola o acolhimento e hospitalidade dispensados a todas as delegações no decurso da realização da VI Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP;

Considerando os trabalhos e as recomendações do Grupo Técnico da Saúde da CPLP (GTS-CPLP);

DECIDEM:

- *Reafirmar* o seu compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, enquanto pilares da dignidade humana e do

bem-estar das populações dos Estados-Membros, objectivo central de todos os esforços da cooperação intracomunitária no sector da saúde;

- *Renovar* o seu o compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no âmbito da concretização do ODS 3 e das metas relacionadas com a Saúde nos demais ODS;
- *Reiterar* a vontade política dos Estados-Membros da CPLP para continuar a partilhar, de forma regular e oportuna, por via das redes já constituídas no âmbito do PECS-CPLP e outras que se revelem pertinentes, diferentes práticas para responder aos desafios resultantes dos processos de gestão da COVID-19 e da recuperação pós pandemia;
- *Fortalecer* a coordenação entre os Estados-Membros na vigilância e resposta a emergências em Saúde Pública, incluindo epidemias e desastres;
- *Reforçar* mecanismos de diálogo e coordenação política e técnica que intensifiquem a participação política concertada da CPLP em *fora* internacionais, multilaterais e/ou regionais, nomeadamente no domínio da saúde, mas também no Conselho dos Direitos Humanos e Assembleia Geral das Nações Unidas;
- *Priorizar* a vigilância, a promoção da saúde e a prevenção de doenças por meio de políticas públicas, governança dos sistemas de saúde, educação, comunicação e literacia em saúde;
- *Fortalecer* esforços para lidar com os perfis socio-epidemiológicos das populações dos Estados-Membros da CPLP, promovendo a cobertura e o acesso universal à saúde;
- *Incrementar* a utilização de mecanismos de coordenação para a melhoria da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, bem como a partilha de conhecimentos;
- *Apelar* aos parceiros de desenvolvimento regionais e internacionais para que, no curto e médio prazo, incrementem o desenvolvimento de

actividades de cooperação com a CPLP para a implementação do PECS-CPLP;

- *Congratular-se* com o nível de execução do PECS-CPLP que, apesar dos constrangimentos provocados pela Pandemia, manteve uma apreciável dinâmica de cooperação, como comprova o balanço que se anexa a esta Declaração (**Anexo 1**);
- *Tomar boa nota* das recomendações da Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP (RINSP-CPLP), que antecedeu a presente Reunião Ministerial, constantes da Acta que se anexa a esta Declaração (**Anexo 2**);
- *Aprovar* a “Resolução Sobre o Plano de Abordagem às Doenças Crónicas Não Transmissíveis (DCNT) na CPLP”, com o objectivo de fortalecer as capacidades dos Estados-Membros da CPLP na elaboração de políticas públicas de saúde, reorientação de serviços, promoção, prevenção, vigilância e investigação científica (**Anexo 3**);
- *Aprovar* o Plano de Acção 2022 – 2024, da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, em anexo a esta Declaração (**Anexo 4**), do qual constam as seguintes actividades:
 - a. Revisão do PECS-CPLP para o período 2022-2026, que será aprovado numa Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP, a realizar, em formato híbrido, até ao final de 2022;
 - b. Renovação do Memorando de Entendimento com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mandatando o Secretariado Executivo da CPLP para retomar o seu diálogo com a OMS visando a renovação deste instrumento até ao final de 2022;
 - c. Realização de uma Conferência da CPLP sobre Cuidados de Saúde Primários (CSP), em Luanda, até ao final de 2022, evento que se tornará uma actividade âncora desta reunião ministerial;
 - d. Apresentação de um projecto que promova a partilha de lições e práticas entre os Estados-Membros da CPLP nas componentes relevantes dos eixos-estratégicos dos Cuidados de Saúde Primários;

- e. Realização de uma Conferência da CPLP sobre “One Health/Uma Só Saúde”, em Cabo Verde, até ao final de 2023;
- f. Realização do IV Encontro Luso Brasileiro de Avaliação em Saúde, até ao primeiro trimestre de 2023, evento que se tornará uma actividade âncora desta reunião ministerial;
- g. Reforço do trabalho das redes estruturantes (Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública - RINSP, Rede de Escolas Técnicas de Saúde - RETS e Rede das Escolas Nacionais de Saúde Pública - RENSP) e sua crescente articulação com as Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde - RIDES;
- h. Acompanhamento das actividades do Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP), sob a coordenação da Direção-Geral da Saúde, de Portugal;
- i. Realização do “Curso de Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde”, sob a coordenação do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz (CRIS), do Brasil, com o copatrocinio da CPLP, da Organização Pan-americana da Saúde e da Agência Brasileira de Cooperação;
- j. Desenvolvimento de um Plano de Abordagem às Doenças Crónicas Não Transmissíveis (DCNT) na CPLP, sob a coordenação do Ministério da Saúde do Brasil;
- k. Reforço da cooperação para incentivar a plena concretização da telemedicina e telesaúde nos Estados-Membros da CPLP;
- l. Lançamento do “Programa de Cooperação para Elaboração dos Guias Alimentares”.

Feita em Luanda, a 25 de Março de 2022.

Pela República de Angola
SÍLVIA PAULA VALENTIM LUTUCUTA
Ministra da Saúde

Pela República Federativa do Brasil
MARCELO ANTÔNIO QUEIROGA CARTAXO LOPES
Ministro da Saúde

Pela República de Cabo Verde
ARLINDO NASCIMENTO DO ROSÁRIO
Ministro da Saúde

Pela República da Guiné-Bissau
DIONÍSIO CUMBA
Ministro da Saúde Pública

Pela República da Guiné Equatorial
DIOSDADO VICENTE NSUE MILANG
Ministro da Saúde e do Bem-Estar Social

Pela República de Moçambique
JOAQUIM BULE
Embaixador de Moçambique em Lisboa
Em representação do Ministro da Saúde

Pela República Portuguesa
ANTÓNIO LACERDA SALES
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
ANTÓNIO QUINTAS DO ESPÍRITO SANTO
Embaixador de São Tomé e Príncipe
Em representação da Ministra da Saúde

Pela República Democrática de Timor-Leste
ODETE MARIA FREITAS BELO
Ministra da Saúde